

A ESCRITA DA MULHER NEGRA: CATANDO E ESCRREVENDO PALAVRAS

Neidjane Gonçalves dos SANTOS
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros
E-mail: neidjane.goncalves@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo trazer à tona a trajetória e escrita de uma das escritoras negras que contrariou o seu tempo social e histórico. Posta a época da sua atuação enquanto escritora reconstruiu um espaço que não era destinado às mulheres negras. Espaço esse apresentado como o rompimento do silêncio, da marginalização, do rompimento com os espaços de negação, subalternização e inferioridade que destinou a essas mulheres as limitações pela interseccionalidade entre classe, gênero e raça.

A pretensão é construir um discurso onde a tessitura literária de Carolina Maria de Jesus possa ser ressaltada e demarcada a partir da forma como imprime as teias que trançam a escrita de sua vida no espaço/tempo de contestação da realidade brasileira, bem como destacar/oferecer o reconhecimento devido no cenário social/político/histórico brasileiro neste momento de releitura das relações étnicorraciais.

Almeja-se, a partir da escrita de Carolina Maria de Jesus, valorizar vozes de mulheres negras que constroem, por meio de estratégias diversas, saídas para o enfrentamento à sua condição, imposta hegemonicamente, de subalternizadas.

Palavras-chave: Carolina de Jesus; mulher negra e escrita subalternizada.

Para início de conversa

O presente trabalho intenta apresentar uma das escritoras que produziu fora do dito convencional para o mundo interno e externo ao contexto brasileiro, onde a sua escrita revela a sociedade contemporânea de forma nua e crua, contextualizando a sua vida com a vida de milhares de indivíduos que foram entregues a margem de uma sociedade que historicamente vem negando ontologicamente a condição do ser negro no Brasil e na diáspora africana.

Como nos aponta Francineide Santos Palmeira (2010, p.379), a produção de Carolina de Jesus dialoga com a maioria das obras brasileiras no que concerne às representações da afrodescendência. Carolina de Jesus apresenta-se como um sujeito feminino negro que contribuiu para a luta de seus ancestrais, retirando de onde menos se imaginava elementos para a construção de uma literatura que se aproxima da sua vida cotidiana.

A sua escrita é analisada por pesquisadores de diversas áreas, sendo mais abrangente na literatura e questões que abordam a temática afrobrasileira, tal como o que nos aponta o Blog Esperança Garcia, quando sinaliza que:

“A obra de Carolina de Jesus é um referencial importante para os estudos culturais e literários, tanto no Brasil como no exterior e representa a nossa literatura periférica/marginal e afro-brasileira. Um exemplo de resistência, inteligência e capacidade que fica pra sempre na história da nossa cultura.”
(Coletivo Cultural Esperança Garcia, 2012).

Partindo de várias leituras e estudos sobre a escrita de Carolina de Jesus, a apresentamos enquanto uma mulher negra que fugiu aos ditames dessa estrutura que tentou limitar a sua ação. Essa mulher, conhecida publicamente como Carolina Maria de Jesus, foi uma das tantas mulheres negras que manteve viva sua ancestralidade africana ao tempo em que resistia com as armas que tinha em mãos, que foram significativas para a época que se encontrava: lutava com a sua escrita.

Como retratada por Toledo que nos aponta:

“É perceptível à maneira como está revelada na sua escrita a força da voz feminina e marginal que possui, em todos os sentidos: étnicos, sociais e de gênero, ou seja, conseguiu romper com todas as barreiras sociais, chamando a atenção do público erudito para as favelas brasileiras. (TOLEDO, s/d, p.1-2)

Segundo nos assevera Toledo (s/d), “a escrita de Carolina de Jesus se enuncia por ser a escrita de uma mulher, negra, favelada e mãe, escrita definida como autobiografia e heterobiografia”. A originalidade da sua escrita foi o ponto mais alto das obras que produziu.

“Carolina pertenceu a um meio que a excluiu por ser letrada e apreciar as artes; e, ao mesmo tempo, não conseguiu se encaixar na sociedade erudita pela sua história de vida, raça e audácia. [...] A partir da sua escrita levantou algumas bandeiras em prol das minorias, e isso se fez muito presente em seu texto até a sua última publicação”. (TOLEDO, s/d, p.3).

Retomar a escrita de Carolina Maria de Jesus é reconhecer a sua tessitura como um confronto posto a sua dura realidade: mulher, negra, de classe social baixa, semi-analfabeta, mas que, a partir da sua própria história consegue imprimir na esfera social, política, cultural e racial a sua voz escrita nas folhas catadas no seu trabalho cotidiano que rendia o seu sustento e o dos seus filhos e filha.

A sua escrita, como já sinalizada por Palmeira (2010, p.380), nos apresenta características de uma literatura feminina e negra, pois apresenta em sua “textualidade a percepção de um sujeito atravessado pelas identidades de ser mulher e de ser negra na sociedade brasileira”. Indica ainda que “essa escrita consiste no fato de evidenciar a participação e a importância da contribuição dos afrodescendentes na história brasileira, com destaque especial para o papel desempenhado pelas mulheres negras”.

Podemos reafirmar que Carolina de Jesus era uma escritora que avançava no seu tempo histórico-social, questionando e denunciando à sociedade que se encontrava inserida, a partir das suas leituras de mundo e das suas experiências cotidianas. Partindo do seu discurso literário, Palmeira sinaliza que:

“Escritores são pessoas que vivem em um determinado tempo e estão inseridas em uma determinada sociedade. Suas escritas surgem confirmando ou negando a eficácia, a validade dessa mesma sociedade, para todos os sujeitos pertencentes ao grupo. Assim sendo, a construção dos discursos e as temáticas abordadas pelas escritoras e escritores encontram-se intimamente relacionadas ao local de fala das mesmas”. (PALMEIRA, 2010, p.381)

A partir do seu contexto de vida, Carolina de Jesus, escrevia o seu cotidiano através das temáticas sobre sua vida na favela, sobre a população negra de baixa renda, sobre as diversas situações de violência contra os indivíduos que transitavam e viviam na favela, bem

como sobre a condição e a situação histórico-social do negro no Brasil (PALMEIRA, 2010, p.382).

Carolina de Jesus apresenta um discurso que não é neutro e imparcial, mas que aponta bases sólidas pela condição social, econômica, cultural e racial na qual se encontrava. Conforme Palmeira (2010, p.381), todos os discursos são produzidos a partir de um lugar de fala, não há discursos neutros. Neste sentido, Carolina de Jesus tecia a sua escrita a partir da trajetória de sua vida e de uma comunidade que se reproduzia nas entranhas da sociedade o que foi destinado a elas por conta de um projeto de exclusão e alijamento social de um determinado grupo social: o grupo negro.

Palmeira (2010) faz análise do discurso pós-colonial que imprimiu não só no espaço literário, a posição da mulher negra que estava limitado entre o espaço privado e serviçal, contextualizando, a partir dos estudos de Bell Hooks, à consciência construída acerca da posição da mulher negra: “servir aos outros”.

Salientamos que a determinação dos lugares dos grupos raciais postos na sociedade brasileira não foi aceita de forma tão submissão, mas sim condicionada por um projeto construído para delimitar o acesso a determinadas instâncias da sociedade. Na atualidade podemos identificar qual é a maior porcentagem dos grupos étnicos e raciais que se encontram em condições desfavoráveis de sobrevivência, apontando assim, diversas “Carolinas” que se encontram no anonimato e desprovida de qualquer possibilidade de saída da condição que se encontra pela reais condições apresentadas.

Perpassar pela trajetória de Carolina Maria de Jesus nos mostrará uma mulher negra que enfrentou diariamente as contradições entre ser/estar numa condição extrema de vulnerabilidade social e perambular entre as suas escritas que lhe conferiram diversas obras com intensa relevância, ainda que seja esta uma escrita menosprezada por grande parte dos literatos brasileiros.

Ana Cristina Chiara (p.98) nos revela que Carolina de Jesus precisou desentranhar de restos o sustento e a literatura. Aponta ainda que Carolina avaliava a cultura como um meio de superar a escassez de sua vida. A privação e a fome potencializam a força poética do seu texto.

Apesar das difíceis condições que marcaram seu percurso, pela condição socioeconômica, a escrita de Carolina de Jesus, por meio do seu caráter denunciativo, traz a

cena uma cultura hegemônica excludente, ao mesmo tempo em que, evidencia a relevância do testemunho como forma de denúncia, além de atalho para uma releitura social de uma das faces inconfessadas do Brasil.

Carolina de Jesus tinha consciência do seu estado social, político, cultural e racial, não negava sua ascendência e combatia através da escrita, todas as exclusões que a vida lhe impunha. A narrativa da sua trajetória de vida se encontra num possível lugar das silenciadas, das negadas e das subalternizadas, lugar instituído por um sistema que se apresenta hegemônico. Entretanto, esta mulher não se colocava no lugar subalterno, mas se apresentava com identidade racial/étnica, e oriunda da classe popular.

ARFHUC e SPIVAK apontam que as discussões sobre a voz dos silenciados e dos subalternos só podem ser pronunciada por quem detém o poder hegemônico e o poder de falar pelas “maiorias” subalternizadas, entre eles, os negros (homens e mulheres), os homossexuais, etc. A fala é reconhecida a partir do momento em que, quem detém o poder do discurso, representa e legitima a voz dos subalternos no contexto sócio-histórico.

Na sociedade brasileira, a fala de quem foi posto numa condição de inferioridade não poderá ecoar por conta da sua posição de subalternidade: inferior. Conforme o dicionário Michaelis, “inferior” significa o que está abaixo; a categoria subordinada a outro; a que tem pouco valor; aquele que está abaixo de outro em categoria ou dignidade, aquele que vale menos. E se vale menos não pode nem deve ter voz. A sua fala não pode ser ouvida, mas sim representada, o que se torna diferente da fala reconhecida como autêntica, da de quem fala por direito à causa.

A pluralidade de narrativas, que pode ocasionar a afirmação de vozes¹ outras, abre espaços para a busca de valores compartilhados e de novos sentidos de comunidade e de democracia. Esta pluralidade de narrativas perpassa por histórias de vidas ligadas a grupos diversos que no contexto brasileiro se encontram numa condição de exclusão, entre eles temos os grupos de mulheres, restringindo ao grupo de mulheres negras, aos homossexuais, etc.

Em se tratando de literatura, Toledo nos aponta que segundo os estudos, as narrativas de autorias femininas são colocadas como uma literatura marginalizada e que aos poucos,

¹ A pluralidade de vozes, denominada de polifonia, marcam os cruzamentos, as heranças, as valorações cunhadas pela história e pela tradição, que não deixam de falar pela própria voz.

com as manifestações literárias, buscou-se resgatar as obras produzidas por mulheres que, em sua maioria, apresentava-se isolada da circulação editorial.

Esse lugar de silêncio e de abafamento da escrita feminina deu-se por conta da estrutura patriarcal que baliza as sociedades, demarcando espaços e lugares para mulheres e homens, sendo que para o sexo masculino era destinado o setor público, livre de toda e qualquer liberdade e de acesso às estruturas. À mulher era destinado o espaço privado e familiar onde suas atribuições e funções eram definidas para o tratamento da família, do marido, dos filhos, e em se tratando da esfera do trabalho, à mulher negra era destinado aos serviços domésticos como trabalhadoras domésticas. Este era o quadro que se formou pós-abolição e que perdura até os dias atuais, em grua diferente.

Uma mulher negra que não aceitou os ditames de um discurso que limitava a sua ação e todo o conhecimento/entendimento social, político e cultural acerca do mundo que a cercava. Ousava escrever sempre do seu lugar, do lugar da população negra excluída historicamente, ousava escrever sempre questionando e desafiando o lugar de negação de espaços destinados à população negra. Escrevia denunciando a situação político, social e histórica da sociedade brasileira que se constituiu estranhando os corpos negros, fossem eles homens, mulheres ou crianças. Neste sentido, Spivak apud Duque-Estrada sinaliza que os sujeitos subalternos não podem falar. Onde o

“Sujeito não é outro senão aquele que pertence ao lado explorador da divisão internacional do trabalho e que na discussão da questão da constituição do outro europeu acaba por obscurecer a cultura, a língua, a história dos subalternos”. (DUQUE-ESTRADA, 2010, p.168)

Falando de Carolina Maria de Jesus

Carolina Maria de Jesus nasceu em 14 de março de 1914, no interior de Minas Gerais, na cidade de Sacramento, local onde passou sua infância e adolescência. Mãe de três filhos, sendo eles: João José de Jesus, José Carlos de Jesus e Vera Eunice de Jesus Lima.

Não teve acesso aos estudos, estudou apenas até a quarta série numa escola religiosa que desenvolvia um trabalho filantrópico às crianças pobres da cidade através da ajuda de pessoas influentes. E foi assim que Carolina conseguiu adentrar o espaço educacional, ficando apenas o tempo de aprender a ler e a escrever, pois era uma aluna dedicada. Entretanto, a

ausência de estudos não lhe impossibilitou que almejava na vida: escrever. A sua educação formal na leitura e na escrita lhe deram base para a sua escrita e o que lhe rendeu os seus escritos denunciativos.

Publicou na década de 60: Quarto de Despejo (1960); Casa de Alvenaria (1961); Pedacos de fome (1963); Provérbios (1963) e Diário de Bibita em 1982, publicação póstuma. Sua obra mais conhecida e que lhe rendeu a tradução em mais de 13 idiomas é Quarto de Despejo – Diário de uma favelada que resgata e denuncia a realidade da favela do Canindé, em São Paulo, mas que se confronta com outras tantas realidades do Brasil em se tratando das desigualdades sociais.

Carolina Maria de Jesus faleceu em 13 de fevereiro de 1977, com 62 anos, deixando o legado literário escritos nas teias do Brasil e do mundo a partir do seu lugar.

Aspectos social, cultural e racial da trajetória de Carolina Maria de Jesus

A história de vida de Carolina de Jesus está muito próxima das histórias políticas e sociais do Brasil, pois nos remete ao quadro sócio, político, econômico, educacional e racial da sociedade brasileira que tem em sua estrutura um modelo hegemônico eurocêntrico a seguir, que desvaloriza todas as outras culturas que comungam e dialogam com os espaços que se encontram propícios a mudanças de concepções e mentalidades.

Neste sentido, apontamos que o etnocentrismo foi utilizado como estratégia de dominação, de opressão e de exploração dos supostos grupos subalternizados. No contexto brasileiro, os povos escravizados foram os índios e os africanos, posteriormente os seus descendentes. Para delinear esses sujeitos, Fonseca aponta que:

A cor da pobreza é, no Brasil, majoritariamente negra [...], mas, mesmo nos segmentos de predominância de não-brancos, circulam traços de diferenciadores dos quais não se é possível fugir, porque são construídos por um discurso legitimado como verdadeiro demarcador de lugares que devem ser preservados pela sociedade como um todo. (FONSECA, 2001, p. 94).

O etnocentrismo é um problema que afeta todas as sociedades, pois se posiciona de forma a desqualificar as outras culturas. Segundo Rocha (1986), etnocentrismo é uma visão de mundo onde o próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a

existência. Foi utilizado como estratégia de dominação, de opressão e de exploração dos supostos grupos subalterna. Já Nascimento (2008), aponta que o conceito originou-se na antropologia, o termo foi cunhado para estudar pequenos grupos humanos, tidos como “primitivos”.

Neste sentido, Munanga nos aponta que:

“As heranças culturais africana e indígena constituem uma das matrizes fundamentais da chamada cultura nacional e deveriam, por esse motivo, ocupar a mesma posição das heranças européias, árabes, judaica, orientais. Juntas, essas heranças constituem a memória coletiva do Brasil, uma memória plural e não mestiça ou unitária. Uma memória coletiva a ser cultivada e conservada por meio das memórias familiares e do sistema educacional, pois um povo sem memória é como um povo sem história.” (MUNANGA, 2010, p. 49-50).

Essa perspectiva leva em conta e considera possibilidades outras de reconhecimento das diversas culturas que estão em conexão, pois possibilitam que haja a valorização das culturas e da diversidade cultural que encontramos no país.

Além de serem postos em lugares subalternos, os africanos e seus descendentes, foram descaracterizados quanto a sua identidade étnica e racial, bem como pela constituição na sua condição ontológica do ser, retirando do mesmo a condição de humano. Essa desumanização posicionou homens, mulheres e crianças no local do silêncio, local este que não possibilita que vozes sejam, nem que as falas ecoem pelo mundo.

A imagem social, histórica e cultural construída acerca dos corpos negros e de toda a população negra, motivados por uma ideologia racista, machista e eurocêntrica, fez com que esses indivíduos fossem estereotipados, sendo vislumbrados como marginais e incapazes, bem como de forma meramente sexualizada.

Como uma das estratégias de resistência e de superação das desigualdades apresentadas, a representatividade social tem papel fundamental no espaço educacional, bem como pelo campo social onde Silva aponta que:

A superação da invisibilidade dos grupos marginalizados pela sociedade, entre eles as mulheres negras, e o reconhecimento de seu papel de cidadãos serão valorizados e reconhecidos através da educação de todos os brasileiros, inclusive da oferecida pelas escolas. (SILVA, 2007, p.14).

Gonzalez iniciou a discussão acerca do sexismo constituído pelas formas de opressão e de exploração na sociedade brasileira, sinalizando que limitou o acesso e a ação de mulheres e homens, negros e negras, que foram alijados de todo o processo de construção da sociedade, sendo essas práticas fortalecidas pelo racismo quando oprime as mulheres negras pela sua intersecção entre ser mulher, negra e de classe socioeconômico baixa. Significa a tripla discriminação (racial, classe e social), alinhada com a questão sexual e a tripla inferioridade.

Em se tratando da história das mulheres negras a partir de um contexto que as invisibiliza, Cardoso (2008, p.6) aponta que “pensar a história das mulheres negras é refletir como esse sujeito social foi historicamente construído a partir de embates e estratégias de sobrevivência na diáspora nas sociedades pós-coloniais racializadas”.

É a partir do entendimento de que as mulheres devem se revelar como protagonista e não como figurante que é apresentado o contraponto da realidade posta em relação às mulheres no mundo. A mulher negra toma consciência do processo ideológico pelo discurso sobre si, engendrando uma estrutura que tenta aprisioná-la numa imagem alienada na qual não se reconhece. Para Nascimento (2008, p. 60), “a mulher negra constrói o contra discurso pelo seu ponto de vista ao mesmo tempo em que se refazem no tempo e no espaço”, sinalizando que:

Mulheres tecendo-se na contra história ou na história dos desvios; momentos em que seu corpo sai da petrificação imposta e ganha movimento; momento em que a voz descongela e abre vias alternativas para veicular sua palavra, destoando do mando do mestre; momento em que o corpo, não mais reificado, abre-se para a criação, recuperando sua identidade e sua inteireza. (NASCIMENTO, 2008, p.52).

Por conta da necessidade de uma reflexão mais específica no que tange à significação das histórias das mulheres.

A presença das mulheres na história passou a ser investigada por muitas (as) historiadoras (es), por volta dos anos 70. As mulheres foram resgatadas dos porões e dos sótãos da antiga forma de narrar a história, tornando-se ao mesmo tempo sujeitos e objetos de novas narrativas históricas. A história das mulheres surge num momento de efervescência do feminismo e de sua ação política de visibilizar os estudos feministas em várias áreas do conhecimento. (CARDOSO, 2008, p.1).

A história das mulheres interroga a sociedade ao passo que se aproxima da construção da sua própria história que ocupa e reivindica espaços na sociedade contemporânea. Questiona o seu lugar, a sua condição de exploração, de negação, de desqualificação; questiona os seus papéis e seus poderes, o seu silêncio; questiona a sua forma de atuar no mundo.

Como qualidade pragmática da escrita, uma das suas qualidades está em contar a história de vida, dando vida a esta história. Esta qualidade reconhece o valor simbólico que cada história tem a nos dizer, a nos mostrar, a desnudar.

Os relatos de vidas, bem como a sua relação com o espaço público e o privado operam contra a normatividade das condutas de homens e mulheres, negros e negras, programados para agir dentro de uma lógica embasada pelo patriarcado e pelo machismo. Caminhando para o contexto de gênero, e mais especificamente para os das mulheres negras, as normas de condutas eram direcionadas para um pensamento patriarcal, racista e sexista, onde as mulheres eram consideradas incapazes e relegadas a espaços definidos para o seu atuar.

Compreender as questões de gênero a partir da perspectiva racial e étnica, até então negada e invisibilizada pelo processo dominante eurocêntrico, é uma tentativa de reconhecimento histórico da concepção africana de mundo a partir da participação das mulheres nos diversos espaços sociais no qual as mulheres africanas e, posteriormente, as mulheres negras, foram excluídas.

As mulheres africanas tiveram participação efetiva na estrutura das diversas sociedades africanas onde a matrilinearidade era presente. Salientamos que nem todas as sociedades africanas foram e são matrilineares, embora reconheçamos o significado e a importância da valorização das mulheres no contexto social que nega a participação das mesmas nas instâncias sociais que diferem das sociedades africanas. Assim, podemos apresentar o contexto social e histórico em que Carolina de Jesus atua, mas que não é valorizada no espaço literário até os dias atuais, necessitando, que uma nova possibilidade de literatura afrobrasileira venha à tona para reconhecer as suas obras que muito contribuíram para o delineamento das mazelas brasileiras.

Apesar da luta das mulheres pautarem questões que são importantes para as mulheres de forma geral, as mulheres negras já frequentavam o espaço privado desde o período da escravidão, pois foram elas, as mulheres negras, em sua maioria, que compraram alforrias dos

seus companheiros e familiares por atuar no espaço privado, servindo a casa grande. No espaço público, vendiam quitutes e outros alimentos que contribuía para a guarda de recursos que seriam destinados a este fim: a compra da liberdade não apenas dela, mas do conjunto de pessoas que participavam da sua comunidade social, política, cultural, religiosa, etc.²

Salientamos que em se tratando sobre as mulheres negras, podemos sinalizar que as mulheres africanas tem uma base matrilinear que aponta que as mesmas foram deusas, rainhas, organizadoras de impérios e reinos. Nesta questão, podemos apontar Carolina de Jesus como uma dessas guerreiras que não fugiram a luta, mas que enfrentou com dignidade e trouxe a tona a sua realidade que também é a realidade de muitas mulheres negras no contexto brasileiro, especificamente.

Assim,

“O protagonismo das mulheres negras era desconsiderado pelo movimento feminista emergente no país. A fala das suas lideranças referia-se à situação específica das mulheres não-negras. Reforçava-se também, a importância da mulher trabalhar fora, de estudar para conquistar autonomia econômica e respeito dos maridos e companheiros. Esta retórica esquecia que as mulheres negras eram trabalhadoras, por excelência. A família tinha um outro formato para as mulheres negras. Ao passo que a família não-negra era triangular, composta do pai no vértice do triângulo, da mãe e dos filhos na sua base, a família de origem africana era circular, acolhendo parentes consanguíneos e pessoas sem parentesco real. Neste núcleo, as mulheres, muitas vezes, constituíam a base de sustentação econômica. Em muitos casos, a figura do pai mantenedor, estava ausente. (FONTOURA, 2004, p.132).

Por conta de um pensamento machista e da estrutura sexista e patriarcal que ronda a vida das mulheres, encontramos em Carolina de Jesus um fio condutor que nos leva a outro patamar, pois partindo do desafio em que a mesma se coloca em ser mãe solteira e em sua obra problematizar a sua atuação diante da ausência da presença masculina na sua vida, ainda denuncia os atos diversos de violência por quais suas vizinhas passaram, em seus escritos.

² A palavra comunidade, no sentido da palavra, tem haver com as questões ligadas eminentemente às relações estabelecidas com os povos africanos.

No contexto brasileiro e da diáspora africana, constituída pela junção de vários povos africanos em todo o mundo, as mulheres negras, descendentes de africanos, desenvolveram estratégias de sobrevivência e de resistência atuando em diversas esferas sociais como professoras, escritoras, ministras, secretarias, artistas, etc., pelo viés educacional como forma de sair da condição de opressão, bem como serviu como instrumento de combate ao racismo, sexismo e patriarcado. Resistindo diariamente os conflitos sociais, raciais, étnicos, sexistas e patriarcalista da sociedade brasileira contemporânea. É pela contribuição do legado africano que as mulheres negras resgatam a sua força ancestral e combatem diariamente as desigualdades e as opressões.

Considerações finais

Falar da trajetória de Carolina Maria de Jesus remota um lugar de negação do espaço que não contempla a questão racial e desmerece o legado ancestral que as mulheres negras herdaram da cultura africana, (re) significada no Brasil.

O grande problema em relação à imposição do lugar às mulheres negras é não considerar que as culturas e os seus sujeitos também são produtores, possuidores de símbolos que auxiliaram para a conexão com a diversidade cultural, étnica e racial apresentada na sociedade brasileira e que aponta caminhos para as relações entre os diferentes indivíduos e sujeitos.

Sinalizamos que ainda falta muito a ser construído, outros diálogos a serem incorporados para que as vozes possam ecoar e serem ouvidas pela sociedade sem que um representante que não tenha o direito de falar pelos subalternos possa falar pelas vozes silenciosas. Isto é necessário em todos os tempos. É necessário que essas vozes sejam afirmadas e legitimadas por quem efetivamente participa e comunga do contexto social, histórico e racial da sociedade brasileira.

A busca de uma voz própria que representasse as falas de tantas mulheres negras na diáspora africana aponta para desejos de mudança da concepção da sociedade em se tratando de questões que estão conectadas com a sua vida cotidiana, da sua inclusão nas esferas sociais e da sua condição de subordinação no meio social, político, cultural e educacional.

A construção de um contra discurso que não seja silenciado deve ser a marca para a saída da condição da mulher negra do processo de opressão na diáspora. Mesmo impingidas à

sujeição e ao silêncio, o surgimento de uma escrita firme e combativa pode ser o instrumento de uma resistência silenciosa capaz de revelar situações cotidianas que caminham para a reconstrução de dimensões da história e da memória coletiva da população negra, e das mulheres negras, em especial e do seu reconhecimento enquanto produtora de conhecimentos.

É necessário que vozes e escritas que não estejam no circuito hegemônico venham sempre à tona para representar as outras vozes e escritas que não conseguem chegar à superfície. O contra discurso deve se localizar a vista para que haja uma ação coletiva e organizada dos grupos subalternizados.

Sinalizamos que ainda falta muito a ser construído, outros diálogos a serem incorporados para que as vozes e escritas possam ecoar e serem ouvidas e lidas pela sociedade sem que um representante que não tenha o direito de falar pelos subalternos possa silenciar essas vozes. Isto é necessário em todos os tempos. É necessário que essas vozes sejam afirmadas e legitimadas por quem efetivamente participa e comunga do contexto social, histórico e racial da sociedade brasileira, a própria população negra e seus agentes políticos.

A busca de uma escrita própria que representasse as tantas mulheres negras na diáspora africana aponta para desejos de mudança da concepção da sociedade em se tratando de questões que estão conectadas com a sua vida cotidiana, da sua inclusão nas esferas sociais e da sua condição de subordinação no meio social, político, cultural e educacional.

Referências Bibliográficas

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010;

ARRUDA, Ângela. **Teoria das representações sociais e teorias de gênero**. Cadernos de pesquisa, n.117, Nov/2002;

CARDOSO, Cláudia Pons. **História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões**. Congresso Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis, 2008;

CHIARA, Ana Cristiana. Qual a diferença entre o jejum e a fome? (Experiência de pobreza em Carolina de Jesus e Clarice Lispector). In.: ensaios de possessão (irreparáveis). Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2006, p.91-114;

DUQUE-ESTRADA, E. M. **Derives autobiográficos: a atualidade da escrita de si**. RJ: NAU/Ed. PUC – Rio, 2009;

FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Visibilidade e ocultação da diferença: imagens de negro na cultura brasileira.** 2001, p.89-115;

FONTOURA, Maria Conceição Lopes. A produção escrita das mulheres negras. Revista Estudos Feministas. Volume 12. Florianópolis. Setembro/Dezembro, 2004, p.132

GARCIA, Esperança. Carolina Maria de Jesus. Publicado no site <http://esperanca-garcia.blogspot.com.br/2012/02/carolina-maria-de-jesus.html> em 13 de fevereiro de 2012. Acessado em maio de 2012;

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. In.: **Guerreiras de Natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente.** São Paulo: Selo Negro, 2008;

MUNANGA, Kabengele. **O negro na contemporaneidade e suas** .Cadernos PENESB 10/ Revista do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira / Faculdade de Educação – UFF;

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **A matriz africana de mundo.** São Paulo: Selo Negro, 2008;

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). **Guerreiras de Natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente.** São Paulo: Selo Negro, 2008;

PALMEIRA, Francineide Santos. Autobiografia e memória em Carolina de Jesus e Conceição Evaristo. In.: Memória, literatura e práticas culturais de leitura. Cordeiro, Verbena Maria Rocha. EDUFBA, 2010;

ROCHA, Everaldo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo.** Coleção Primeiros Passos. Editora Bras;

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010;

TOLEDO, Christiane Vieira Soares. **Carolina Maria de Jesus e a escrita rasurada da literatura.** Site: [http://cefort.ufam.edu.br/dialogica/files/no7/Vol07-03-Carolina Maria de Jesus e a escrita rasurada da Literatura Brasileira.pdf](http://cefort.ufam.edu.br/dialogica/files/no7/Vol07-03-Carolina%20Maria%20de%20Jesus%20e%20a%20escrita%20rasurada%20da%20Literatura%20Brasileira.pdf). Acessado em maio de 2012.